

Cláudia Sousa Leitão*

Por um pensamento complexo acerca de Cultura e Desenvolvimento

RESUMO: Em um contexto de crise dos paradigmas modernos de desenvolvimento, os discursos culturais passam a ser reconhecidos como elementos estratégicos na consolidação de novos modelos e indicadores capazes de garantir as devidas conexões entre cultura e desenvolvimento. A partir de um pensamento complexo acerca destas conexões, o artigo em questão amplia os significados das expressões desenvolvimento e cultura, com o objetivo de enriquecer a reflexão acerca das políticas públicas no Brasil.

Palavras-chave:
Cultura,
Desenvolvimento,
Políticas públicas,
Complexidade,
Ciências Sociais,
Paisagem-cultural.

Impossível não reconhecer, neste início de século, o quanto nós, pesquisadores, cientistas e gestores, estamos atrasados na construção de um novo pensamento, capaz de dar conta das novas conexões entre Cultura e Desenvolvimento. Estamos atrasados, tão atrasados como o coelho do “Alice no País das Maravilhas” de Lewis Carroll. Essa imagem pode nos servir de metáfora para essa reflexão. Apressemos o passo e mergulhemos sem medo, como mergulhou Alice, em um novo caminho que nos permita encontrar novas formas de relacionamento com o mundo.

Uma das chaves para nos abrir a porta de acesso às novas conexões entre Cultura e Desenvolvimento é o “pensamento complexo” de Edgard Morin. Nas suas reflexões sobre o percurso das ciências até o século XX, o filósofo francês constata uma primeira grande distinção entre a cultura geral e a cultura técnica e científica. Enquanto a primeira é ampla e abraça tanto informações quanto idéias, a segunda compartimenta o conhecimento, tornando difícil sua contextualização. Utilizando-se de uma metodologia reducionista para conhecer (simbolizada pelo método lógico dedutivo que parte do todo para o

conhecimento das partes que o compõem) e da obsessão determinista pelas leis gerais (em que se oculta o acaso, o novo, as exceções) o conhecimento científico moderno empobreceu o mundo, retirou o objeto pesquisado do seu contexto, rejeitando conexões entre ele e seu ambiente (Morin in Mendes: 2003, 69).

As Ciências Sociais percorreram o mesmo caminho, pois reduziram sua atuação ao calculável e formulável, abstraindo seus objetos de pesquisa dos contextos sociais, históricos, políticos, culturais e ecológicos nos quais esses objetos foram gerados. Por isso, a Economia (e aqui peço licença aos economistas...), entre as Ciências Sociais, por ser matematicamente a mais avançada, é, numa perspectiva humana, a mais atrasada das Ciências. A impotência dos especialistas no setor econômico, diante da absoluta imprevisibilidade dos fatos sócio-econômicos, remete-nos novamente à metáfora do “Coelho de Alice”. Estamos atrasados, fatalmente “atropelados” pelos movimentos desarmônicos do planeta, frustrados com o caráter aleatório do mundo.

Na Sociologia, Antropologia e Ciência Política nosso comportamento não foi diferente. Basta elencarmos os dois grandes pilares que fundamentaram o pensamento moderno: o primeiro diz respeito à construção racional do Estado-Nação; o segundo se refere à visão da cultura como produto desta razão universal e única, como um elemento superior definidor dos processos ditos civilizatórios. Todos nós somos testemunhas do fracasso desses modelos. De um lado, nacionalismos produziram o terror e a intolerância, do outro, a visão de uma cultura ocidental hegemônica provocou genocídios, escravidão e exclusão. Vários são os sinais, nesses novos tempos, que indicam os extertores do “individualismo possessivo” a partir do qual se fundamentou o pensamento moderno. Seus discursos, fundamentados na moral do “dever-ser”, foram se desmoralizando, e aqui refiro-me ao sentido etimológico da expressão, ou seja, foram abandonando o campo da moral, em nome de uma nova realidade menos utilitária e mais imaginosa. As velhas dicotomias aristotélicas que nos ensinaram a pensar, viverão, ao longo das últimas décadas, um grande impasse.

Os tempos mudam e dão lugar a novas interpretações sobre o mundo. Os modelos mentais fundados nas distinções entre existência e intelecto, corpo e espírito, arte e vida se confundirão, ou seja, se “fundirão com”, permitindo a aproximação de realidades consideradas antagônicas. Ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos que forjam a “sociedade do conhecimento”, responsável pela disseminação de idéias, valores, crenças e informações, torna-se, ao mesmo tempo, impotente para garantir os princípios da liberdade de expressão, do pluralismo de idéias e do acesso de todos a essas mesmas conquistas.

A fortaleza do “eu”, se vai e em seu lugar vemos nascer novas sociabilidades, cuja índole é gregária e coletiva. Os novos tempos indicam o despertar de uma “cultura dos sentimentos”, cultura ora combatida, ora tolerada, depois aceita e, por fim, absorvida pelo corpo social (Maffesoli: 2005, 22). Mas, de que lugar observamos esses novos tempos? O que representam as sensações coletivas, a efervescência criadora, o espírito lúdico e hedonista, a “estetização do social”, a ênfase ao “vivido em comum” nas novas conexões entre Cultura e Desenvolvimento?

A histórica distinção entre Cultura e Desenvolvimento ilustra perfeitamente a crise das ciências na compreensão das transformações sociais. A primeira grande vinculação entre Cultura e Desenvolvimento propõe uma espécie de doutrina de predestinação de determinadas sociedades à pobreza ou à riqueza a partir de determinantes ditas culturais. É o que afirma Guy Hermet (2002, 68):

A partir dos anos 80 começam a se produzir dois tipos de inversão dos sentimentos, não menos discutíveis, embora de sentido exatamente oposto: uma delas é fruto do fracasso da ajuda à África e a outra da popularidade que adquiriu, por compensação, a ação humanitária. De repente, graças a amálgamas abusivos sugeridos pelo primeiro desses fatores, tanto os programas de macro-desenvolvimento adotaram a aparência de ilusões onerosas e, às vezes, nefastas, alimentadas pela nostalgia colonialista das grandes potências ou pela inesgotável mas ingênua caridade de organizações vinculadas, em particular, às Igrejas... As organizações humanitárias difundiram a idéia de que os países pobres não tinham a possibilidade de sair de sua indigência a não ser por seus próprios esforços, com um mínimo possível de intromissão exterior, tendo em conta suas especificidades culturais.

Se os significados de Desenvolvimento submetem-se ao reducionismo da Ciência Econômica, no campo da Antropologia, os significados de Cultura também são reduzidos. Os estudos da Cultura, assim como os de Desenvolvimento fixaram e “congelaram” conteúdos e conceitos, criaram falsas oposições ao invés de se abrirem para novas percepções das experiências humanas.

Ao reconhecermos a natureza fluida da realidade e o distanciamento cada vez mais desconcertante entre as abstrações teóricas e as experiências humanas no século XX, não queremos aqui defender um pensamento anárquico ou desestruturado para o século XXI. Pelo contrário, necessitamos rever nossa

mentalidade categórica e reducionista para que possamos identificar princípios geradores e estruturadores que sejam externos a nós. Para compreendermos a complexa teia dos processos sociais, especialmente os de mais larga escala, necessitamos considerar a existência de interesses, instituições, agências e atores dos diversos campos sociais (Knutsson in Arizpe: 2001, 140). Essas redes, sobre as quais se constroem as relações entre Cultura e Desenvolvimento, possuem especial complexidade no Brasil, país onde a fusão do arcaico e do moderno invalidam categorias sociológicas tradicionais. É o caso da categoria “campo” de Pierre Bourdieu, a qual busca definir áreas de interesse profissional. No Brasil, os “campos” se sobrepõem, os indivíduos alternam papéis, vivem e convivem em diversas “constelações” que se territorializam e se desterritorializam, ao sabor de interesses, valores, crenças, hábitos e éticas. Ao tratarmos historicamente o desenvolvimento a partir de uma matriz econômica, subestimamos os papéis da cultura, enquanto espaço da produção de mitos, símbolos e metáforas, capaz de produzir novas categorias que, por sua vez, desempenhassem um papel estratégico para a própria ressignificação do Desenvolvimento.

“É preciso unir a memória de nossa cultura com a intuição de nossas ciências mais avançadas. Precisamos juntar a ciência da nossa modernidade mais moderna com o saber tradicional” (Rocha Pitta: 2005, 62). A advertência de Gilbert Durand poderia simbolizar a chave para novas conexões entre Cultura e Desenvolvimento. No entanto, as reflexões do antropólogo francês não encontraram acolhimento digno de nota no pensamento ocidental, especialmente nas décadas em que os processos de globalização transformavam a criação, a transmissão, a apropriação e a interpretação dos bens simbólicos. Nessa nova “paisagem cultural”, de intercâmbio intenso entre pessoas que criam, se apropriam e dão significado aos bens culturais, nosso olhar limitou-se à mera descrição dos fatos, mostrando-se incapaz de produzir uma exegese sobre os diversos mundos e suas narrativas. Não construímos, como desejava Durand, criar um novo modelo mental capaz de aproximar e fundir o moderno e o tradicional. Essa incapacidade por sua vez produziu um colapso, um “beco sem saída” para o pensamento ocidental, simbolizado pelas narrativas apocalípticas sobre o “Fim da História”. Afinal, o desenvolvimento do homem seria um mito? O discurso da evolução humana do estágio da barbárie à civilização seria insustentável? Se não conduzimos a História, acabemos com ela, disseram muitos, ou brademos o nosso desapontamento diante de nossas tentativas de explicar os fatos. Penso, novamente, na metáfora de Alice, no fundo do poço, quase afogada pelas suas próprias lágrimas, provocadas pelo sua incapacidade de abrir portas de acesso a outros mundos.

A vida não espera e, logo após o dramático atentado do 11 de setembro de 2001, a Conferência Geral da UNESCO virá formatar a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”. Esse documento ratifica o esforço dos países na construção de um diálogo inter-cultural, capaz de contribuir para uma cultura de paz entre os povos, considerando a diversidade cultural um patrimônio comum da humanidade. Identidade, diversidade, criatividade, solidariedade são as palavras chaves desses novos tempos, palavras tradicionalmente presentes nos discursos artísticos que são emprestadas aos discursos políticos, econômicos, jurídicos ou sociais. Ao mesmo tempo, agências de desenvolvimento, tais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) passam a priorizar o financiamento de projetos, a partir da capacidade de mobilização do capital social e da dinâmica cultural específicos às populações as quais estes projetos se aplicam.

Em 1999, em Paris, o Fórum “Desenvolvimento e Cultura”, organizado pelo BID, trará novos significados a essas duas expressões. A Cultura passa a ser percebida como uma matriz dinâmica das formas de ser, estar, se relacionar e perceber o mundo. Desse modo, desenvolver não significa construir ou produzir obras de infra-estrutura das comunidades (saneamento, estradas, habitação, urbanização etc), mas significa, sobretudo, refletir sobre as reações e intervenções das pessoas atingidas por estes benefícios, observando os impactos desses projetos no desenvolvimento humano das diversas comunidades. O Desenvolvimento não se resume, portanto, ao mero desenvolvimento econômico, embora o crescimento e a distribuição menos desigual da riqueza material sejam decisivos para a qualidade de vida dos indivíduos (o consumo exagerado de um país de um emirado rico em petróleo, por exemplo, não simboliza o desenvolvimento de sua população, pois este insumo depende de importações condicionadas a uma renda que arrisca-se a ser efêmera). Ao mesmo tempo, o chamado desenvolvimento autocentrado, que pode aqui ser exemplificado por Cuba, também não permite saltos fundamentais para a riqueza de um país. Como se vê, Desenvolvimento não se confunde com “desenvolvimentismo”, tônica da América Latina dos anos 50 e 60, expressão presente no discurso de inúmeras ditaduras militares em nosso continente.

A desigualdade suscita desconfiança, assim como é produtora de uma lógica de distanciamento entre grupos e estratos sociais. E nós, habitantes de países em desenvolvimento, podemos nos perguntar: como reaver o “capital social” de comunidades excluídas, de ex-colônias submetidas à domesticação de suas culturas, despossuídas de auto-estima e de capacidade de mobilização?. Essas perguntas referem-se não somente a continentes desiguais como a América Latina ou a África, mas dizem respeito a todo planeta. Com os altos

fluxos migratórios e uma economia globalizada, os países transformam-se em complexos *patchworks* culturais, espaços de eterna e conflituosa construção e reconstrução de identificações e sociabilidades.

O mundo parece encontrar-se cada vez mais em todos, embora todos não se encontrem no mundo. Expressões como “capital social”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento com cooperação”, “inclusão social”, “direitos culturais” estão presentes nos discursos públicos e privados e, de tanto ouvi-los e de tanto utilizá-los, temos a sensação de que, ao invés de nos sentirmos estimulados ao debate, à imaginação e à criatividade, temos nossas mentes cada vez mais paralisadas. O resultado e o perigo dos discursos “globalizantes” é que, quanto mais progride a crise, menos capacidade temos de pensá-la, quanto mais nos submetemos a uma “economia global” menos nos indagamos: afinal de contas, de que globalização falamos?

No caso do Brasil, do Nordeste, quais são as possibilidades ou probabilidades de construirmos relacionamentos que nos conectem com outros recursos físicos, sociais e culturais localizados em outros espaços do planeta? E mais. Que modelos de desenvolvimento desejamos construir nesse contexto de trocas e conexões? Que insumos e recursos temos a trocar? Com a notícia da morte anunciada de recursos naturais e culturais no planeta, poderemos elencar novas alternativas de desenvolvimento a partir de novos potenciais, de novos interesses, de novos campos e fronteiras do conhecimento? Estamos preparados para lidar com uma cultura empresarial global que constrói suas próprias visões, valores e procedimentos e que vasculha o planeta em busca de tendências e fraturas, aliciando mentes, controlando resultados, domesticando os sonhos? Ou, para focar o objetivo maior desse fórum, podemos, por último, indagar: como as nossas culturas dialogam com as nossas economias?

Quando defendemos um “pensamento complexo” para o Desenvolvimento, a partir de suas conexões com a Cultura, necessitamos levar em conta o que está descartado e excluído. Para isso, precisamos superar traumas relativos aos nossos próprios processos históricos para identificar o que descartamos ao longo desses processos. Como nos diz Mia Couto, o colonialismo não morreu com o advento das independências; mudou de turno e de executores. Durante décadas buscamos culpados para as nossas infelicidades e incompetências. Inicialmente culpamos os colonizadores. Em seguida, construímos imagens românticas do que fomos antes deles. Mas, os colonizadores se foram e as novas formas de colonialismo se dão entre nós. Essas formas são naturalmente geridas entre ex-colonizadores e ex-colonizados. Como nos diz o intelectual moçambicano: “Vamos ficando cada vez mais a sós com a nossa própria responsabilidade histórica de criar uma outra História”.

Ao mantermos o mesmo modelo mental dos colonizados, perdemos nossa capacidade de pensar, criar e imaginar, limitando-nos a repercutir pensamentos alheios. As conseqüências dessa baixa auto-estima, desse cerceamento do pensamento, são dramáticas para nós: ora resultam num ufanismo ou messianismo ingênuos, sempre em busca de novos colonizadores, ora em uma profunda inação diante do presente. Alternamos os seguintes discursos: “Somos maravilhosos e talentosos, só necessitamos ser descobertos!”; “Somos incapazes, somos vítimas, nada podemos fazer”. Esse comportamento pendular é historicamente reforçado, no campo da cultura, pelo Estado, através de ações populistas; no campo da economia, pelas instituições responsáveis pela criação de projetos de desenvolvimento tão inadaptados e distantes de nós.

Como disse no início, o momento para definir políticas públicas que aproximem e integrem Desenvolvimento e Cultura é mais do que oportuno, é mais do que urgente, é quase tardio. Afinal de contas, o que esperamos para dar vazão aos nossos próprios processos criativos? Já não poderíamos ter produzido uma nova matriz de desenvolvimento, capaz de incluir nossas expressões culturais, nossos valores, nossos comportamentos, presentes nos nossos costumes, nas redes comunicacionais que estabelecemos e nas diversas expressões de solidariedade que construímos? Se, nesse novo século, a Cultura começa a ser considerada uma estratégia chave de combate à pobreza, assim como um fator decisivo de coesão social, necessitamos construir urgentemente uma agenda para o nosso desenvolvimento menos submissa e mais audaciosa. A nossa diversidade cultural constitui condição necessária para a formulação dessa agenda. Somos nós e somos os outros em nós, somos agora para sermos os outros amanhã. Voltemos à metáfora de Alice que, enquanto aumenta e diminui de tamanho dentro do poço, se pergunta: “Eu era a mesma quando me levantei esta manhã? Tenho uma ligeira lembrança de que me senti um bocadinho diferente. Mas se não sou a mesma, a próxima pergunta é: ‘Afinal de contas, quem sou eu?’ Esse é o grande enigma”. (Carroll:2002, 21)

Aí está uma primeira e importante pergunta na reflexão sobre Cultura e Desenvolvimento: quem somos nós? o que excluímos de nós e o que nos falta? por sermos o que somos, o que poderemos ser? A compreensão reduzida dos significados da Cultura contribuiu para a ausência de políticas culturais no Brasil. Ao mesmo tempo, na agenda de desenvolvimento nacional, a Cultura foi historicamente tratada a partir de políticas de Governo e não políticas de Estado, que fossem capazes de definir diretrizes e programas que contemplassem uma concepção mais ampla do fenômeno cultural em toda sua multidimensionalidade, especialmente no que se refere à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano. Se o

Estado brasileiro foi omissa na sua ação de definição de transversalidades, de institucionalização e regulamentação da Cultura, também a sociedade passou ao largo no que concerne as demandas relativas aos papéis estratégicos da cultura para o seu próprio desenvolvimento.

Esboçar um novo modelo de Desenvolvimento que leve em conta a nossa riqueza e diversidade cultural é, portanto, hoje o nosso desafio. Diversidade cultural como substrato para o desenvolvimento local e regional, como cimento para a dignidade, cidadania, auto-estima. Ao longo do século XX, nossa inteligência mecanicista, compartimentada e reducionista bradou aos quatro ventos sua racionalidade como único instrumento de transformação do mundo. No afã de criarmos e de descrevermos sistemas, abdicamos da vida real. Ao desprezarmos as anomias, perdemos a capacidade de percepção, de ampliação do nosso “estar no mundo”.

Penso que nós, latino-americanos, brasileiros, somos dotados de especial talento para sermos bem sucedidos nessa tarefa. Possuímos uma “razão sensível” que norteia nosso espírito ameríndio e mediterrâneo. Em uma tentativa poética de resgatar a etimologia de coração, Ortiz-Osés nos propõe *Co-razón*, a razão dupla e mestiça que concilia razão e sensibilidade, emoção e intelecto. (Santos in Rocha Pitta:2005,65) Essa “educação para a sensibilidade”, já presente em nossas sociabilidades, deve ser assumida pelo Estado. Mais do que um segmento voltado ao fomento às artes ou aos seus arranjos produtivos, a cultura deve qualificar e iluminar as políticas de educação, saúde, habitação, trabalho, entre outros campos da vida humana, para o “cultivo” dessa “razão sensível” capaz de dar materialidade ao imaterial, de fomentar a tolerância, de valorizar a memória, enfim, de perceber que o desenvolvimento a partir e através da cultura trabalha com variáveis que jamais poderão ser medidas quantitativamente. É o preço do que não tem preço, como nos dizia Jean Duvignaud, acerca dos bens simbólicos.

Vivemos em um país que é reconhecido mundialmente pela a riqueza e a diversidade de suas expressões culturais. Neste país mestiço, a “razão sensível” vem, a despeito de políticas governamentais, alicerçando a valorização das festas, dos cultos religiosos, dos saberes e fazeres ancestrais, dos lugares e, sobretudo, das pessoas. De que forma a riqueza cultural brasileira poderia se tornar um recurso capaz de contribuir para a erradicação de nossa imensa desigualdade social? Em que medida o Brasil poderá contribuir na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil e a América Latina, modelo esse fundamentado nessa “razão sensível”?

As perguntas são numerosas mais nunca estivemos tão perto de novas respostas. No “Fragmentos do Discurso Amoroso”, Roland Barthes afirma que “o ser que ama é o que espera”. No entanto, essa espera não se traduz na espera passiva dos que dormem “em berço esplêndido”, parafraseando aqui nosso hino nacional. Pelo contrário, trata-se de uma espera ativa do próprio Ser, que nos leva para fora, na direção do Outro. O tempo da espera cria o espaço da transformação, o despertar da consciência do Ser. Nas suas ladeiras, as cidades brasileiras ocultam múltiplos mitos, narrativas e existências. No alto, as igrejas demandam esforço para vencer a topografia e recompensam a ascensão dos passantes, oferecendo o descortínio dos horizontes (Id.Ibid.83). Nas ruas e nas praças, nos monumentos e casarios azulejados, um “tempo paralisado” nos remete às nossas diversas origens e ancestralidades. A fruição do patrimônio histórico revigora os mitos e as tradições da cidade, estetiza a vida, culturaliza a existência. As cidades se abrem à imaginação e ao vôo onírico.

Ao refletirmos sobre o patrimônio cultural brasileiro, compreendemos que este simboliza menos um legado do que uma importante fundamente imaginal para a construção de novos significados para o nosso próprio desenvolvimento. Mas, essa *anima* tem fundamento no princípio de aproximação e complementaridade entre o sonhar e o agir, entre a imaginação e o real, advertência fundamental a todos os gestores, especialmente aos gestores públicos. Atenção aos sonhos, para que não nos percamos ou nos emaranhemos (sem trocadilhos com a palavra Maranhão...) às teias do nosso próprio sonhar. É o que nos revela Alice, quando desperta do seu sonho e pergunta à sua gata: “Vamos pensar bem quem foi que sonhou tudo isso. É uma questão séria... Veja bem, ou fui eu ou foi o Rei Vermelho. Ele fez parte do meu sonho, é claro...mas nesse caso eu fiz parte do sonho dele também... Quem você pensa que sonhou?” (Carroll, op.cit. 265).

ABSTRACT: In a context where modern development references are in crisis, cultural thoughts and discussions are deemed as strategic elements for consolidating new models able to establish the due connections between culture and development. Starting from a complex thought about these links, this paper aims to expand the meanings of the ideas of development and culture, in order to enrich the debates on public policies in Brazil.

Key words:
Development,
Public policies,
Complexity, Social
Sciences, Cultural
landscape.

Referências

ARIZPE, Lourdes (Org.) **As dimensões culturais da transformação global:** uma abordagem antropológica. Brasília: UNESCO, 2004.

CARROLL, Lewis **Aventuras da Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2002.

COUTO, Mia **A Fronteira da Cultura**, Minc na Mídia, Moçambique, Set-Nov 2003.

DUVIGNAUD, Jean *Fêtes et Civilisations*, Paris, Scarabée Compagnie, 1984.

HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LEITÃO, Cláudia (Org.). **Gestão Cultural**: significados e dilemas na contemporaneidade. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2003.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano**: a agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MAFFESOLI, Michel **O Mistério da Conjunção**: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade, Porto Alegre, Sulina, 2005.

MENDES, Cândido (org) *Representação e Complexidade*, Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

Plano Estadual da Cultura **(2003-2006): valorizando a diversidade e promovendo a cidadania cultural**, Secretaria da Cultura do Ceará, 2003.

ROCHA PITTA, Danielle Perin (org) **Ritmos do Imaginário**, Recife, Editora da UFPE, 2005.